

## **A EXPANSÃO URBANA FRENTE ÀS ATIVIDADES AGRÁRIAS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ – SC.**

**Ana Paula N. Chaves – Universidade Federal de Santa Catarina**

**Darlene H. De Grandi – Universidade Federal de Santa Catarina**  
dgrdarlene@yahoo.com.br

**Margareth A. Specialski – Universidade Federal de Santa Catarina**

**Walquiria Krüger Corrêa – Universidade Federal de Santa Catarina**

apegeografia@yahoo.com.br

### **INTRODUÇÃO**

As atividades agropecuárias que se desenvolvem próximas aos grandes centros urbanos, em especial nas regiões metropolitanas, enfrentam um duplo desafio. De um lado elas respondem às demandas do mercado urbano industrial e, por outro, enfrentam pressão e competição da população citadina na conversão de usos do solo agrícola em uso urbano. Nesse ambiente de competição, parcelas significativas de áreas anteriormente tidas como rurais estão sendo incorporadas ao espaço urbano podendo ocorrer em qualquer lugar do mundo e do Brasil com respaldo legal.

Este processo não é uniforme, sendo marcado por conflitos de interesses e disputa de área para usos urbanos e rurais. Nessa perspectiva o que está sendo questionado são os impactos provocados pela expansão das áreas edificadas no espaço rural.

A região metropolitana de Florianópolis, impulsionada pelo modelo econômico desenvolvimentista vem registrando nas últimas décadas intenso crescimento urbano. São José, município mais próximo da capital, com tradição agropecuária, participa daquele contexto, tornando-se, no período recente um importante pólo industrial e comercial e de serviços em Santa Catarina. Assim, esta pesquisa tem como objetivo identificar as características da agricultura, analisando os principais problemas resultantes da expansão urbana sobre o rural no município de São José.

A análise teve por base levantamento de dados primários coletados em pesquisa de campo efetuada em 2004 e 2005. Adotou-se como instrumento entrevistas realizadas com produtores rurais e com o técnico da Empresa de Pesquisa Agropecuária - EPAGRI que atua no município. Também foram efetuadas observações *in loco*.

Na região metropolitana, o solo apresenta usos diversificados destacando-se: moradia, atividades econômicas - agricultura, indústria, comércio e serviços, para atender os interesses da população rural e urbana, como é o caso de São José, em particular. A interação rural/urbana é intensa nos bairros mais urbanizados, e o complexo processo sócio-espacial destas regiões têm recebido pouca atenção dos estudiosos. Muito embora os resultados apresentados sejam parciais, podem contribuir para o debate.

### **Orientações teóricas**

Este início de milênio apresenta um cenário marcado pela urbanização da sociedade. A urbanização é entendida não apenas como o acelerado crescimento populacional das cidades, alimentado em grande medida pelo êxodo rural, mas também como formas de se viver associadas ao urbano e difundidas pela cidade. Conforme Rua (2002), observa-se numa escala geral, o movimento do capitalismo atuando desigualmente sobre o espaço geográfico, o que leva a combinações particulares em cada parcela do espaço onde, concretamente, se desenvolvem as práticas espaciais das populações.

Admite-se que a processualidade do modo de produção capitalista vem difundindo, no período recente, novas tecnologias e informações, com alcance diferenciado em cada fração do espaço seja no rural, seja no urbano. Dada a atuação diferenciada das forças produtivas, no meio rural, como alerta Rua (2002) difunde-se inovações transformadoras, entendidas como “criatividades” locais que muitas vezes, nem são de origem rural, mas se tornam catalizadoras de “urbanidades”.

A expressão “urbanidades” possui significado equivalente às manifestações do urbano em áreas rurais, expressas em uma gama variada de indicadores, sobressaindo-se, por exemplo, melhoria da infra-estrutura, meios de comunicação, aposentadoria, atividades de lazer, entre outros. Contudo, esses elementos não indicam o fim do espaço rural ou que ele está sendo destruído pela urbanização. Na realidade, se constata a presença da lógica urbana em áreas rurais e a difusão de novas práticas, o que altera não só o conteúdo daquele espaço, mas também o significado dos lugares.

É importante destacar que o fluxo de pessoas, mercadorias, serviços e informações, ampliou as interações campo-cidade. Muito embora a dimensão agrícola ainda permaneça como um dos eixos estruturantes do rural, este vem se tornando lócus para “novas” atividades agrícolas e não agrícolas. Assim, o mundo rural já não pode mais ser tipificado ou simplesmente associado à agrícola, especialmente nos países industrializados da Europa, onde assumiu outras funções relacionadas à moradia, à preservação ambiental e às atividades não agrícolas (indústria, comércio e serviços), ao lazer, dentre outras.

O rural brasileiro, por ser também espaço sócio-econômico e histórico, vem se ajustando não só ao contínuo crescimento do urbano, mas também às demandas do mercado e aos avanços técnicos de todos os tempos. Assim, como subespaço do sistema mundo, o rural emerge como uma nova fronteira para o desenvolvimento capitalista. Nesta ótica, como bem assinala GALVÃO (1996), o entendimento da organização e a dinâmica do espaço rural deve ser buscado fora de seus próprios limites, ou seja, nas relações com a cidade, e por meio dela com os vários vetores da economia e da sociedade.

Com efeito, se desenvolvem “novas” atividades agrícolas e não agrícolas, na expressão de GRAZIANO DA SILVA (1998;1999) se constitui um “novo” mundo rural. Mas é ALENTEJANO (2000 p.102), que melhor expressa o teor das mudanças quando assim se manifesta: *apesar das inegáveis transformações sociais, econômicas, culturais e espaciais resultantes do fenômeno urbano, o rural não deixou nem deixará de existir, apenas teve e está tendo seu significado alterado.*

A urbanização da sociedade é um fenômeno inquestionável, sendo responsável por grandes transformações sócio-espaciais tanto nas cidades como no espaço rural. Nas áreas urbanas os

efeitos mais evidentes são: expansão de atividades econômicas, surgimento de loteamentos planejados e invasões de terrenos originando loteamentos clandestinos. No rural, registra-se a busca de terras para negócios (agrícolas ou não agrícolas) e para especulação imobiliária. Além disso, não se pode esquecer a expansão da área urbana sobre o rural, fenômeno comum em todos os países do mundo.

Mas não se pode esquecer o problema relacionado à definição dos espaços rural e urbano. No Brasil, em particular, esses espaços são definidos com base em critério legal, atendendo a interesses fiscais. Assim o Imposto Predial Urbano - IPTU (municipal) substitui o Imposto Territorial Rural - ITR (Federal). Esta é uma questão complexa e inicia com um decreto de 1938, que transformou as sedes municipais em cidades. A definição de rural e urbano aparece no Estatuto da Terra (Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964), sendo contemplado o Princípio da Destinação do imóvel. Posteriormente, outras leis sucederam-se contemplando ora o Princípio da Destinação, ora o Princípio da Localização. Neste contexto, torna-se necessário a interferência do Poder Judiciário que através do Supremo Tribunal Federal dá prevalência ao Princípio da Destinação (CORRÊA, CORRÊA & GERARDI, 2001). Este critério ainda está em vigência tendo criado o mito de que o rural está desaparecendo, como demonstrou Veiga (2002), instigando uma série de debates.

Essas reflexões servem de base para analisar as características do espaço rural no município de São José, tendo presente sua integração à economia mundial e, as particularidades de sua formação social e econômica, que conferem características singulares ao rural e ao urbano.

## **Resultados**

O município de São José (Figura 1), está localizado no litoral central de Santa Catarina, na região metropolitana de Florianópolis, limitando-se a leste com a baía sul da ilha de Santa Catarina; a norte com Biguaçu e Florianópolis, e ao sul com Palhoça. Com uma área territorial de 115Km<sup>2</sup>, sua população totaliza 173.559 habitantes (IBGE, 2000).

Dos imigrantes açorianos que chegaram no litoral de Santa Catarina no século XVIII, alguns casais se estabeleceram São José, por volta de 1750. Como parte do povoamento da Capitania de Santa Catarina, em 1829, chegam imigrantes alemães que se interiorizaram no território josefense, surgindo a primeira Colônia alemã catarinense - São Pedro de Alcântara - hoje município. Posteriormente, novas levas populacionais que deram origem a outros núcleos coloniais. Até as primeiras décadas do século XX, a farinha de mandioca, a pesca, a banha e o salame, produzidos artesanalmente no interior do município constituíram a base da economia.

Figura 1: Mapa de localização do município de São José.



A história registra que São José era ponto de passagem para as mercadorias - agrícolas e madeira - oriundas de outras colônias da região serrana catarinense, comercializadas em Florianópolis. O pequeno núcleo urbano de São José funcionava como base de apoio para os produtos do interior. Como não havia ponte ligando continente-ilha, as mercadorias eram levadas de barco até a capital catarinense assim, estes fatos imprimiam certo dinamismo à economia josefense. Com a construção da Ponte Hercílio Luz, concluída em 1926, o município em questão vivencia um período de estagnação, tornando-se durante algum tempo cidade "dormitório" para a população que trabalhava

ou estudava em Florianópolis ou funcionando como passagem para pessoas e mercadorias oriundas de outros lugares.

Na década de 1970, inicia-se uma nova fase na economia de São José, sendo influenciada por diversos fatores, destacando-se a pavimentação da BR-101 e a proximidade da capital do Estado que desde a década anterior registrava transformações sócio-espaciais significativas (PEREIRA, 1999). Assim cria-se o Distrito Industrial, as atividades comerciais e os serviços se expandem crescentemente acentuando o processo de urbanização.

Estas transformações não podem ser dissociadas do expressivo crescimento demográfico de Florianópolis que se refletiu em todos os municípios do seu entorno. Este processo foi alimentado pela transferência de contingentes populacionais rurais e urbanos de outros municípios de Santa Catarina ou de outros Estados (LAGO, 1996). Mas o expressivo crescimento demográfico dessa região não foi acompanhado de planejamento urbano adequado e este fenômeno vem provocando uma série de implicações. Neste sentido, destacam-se as precariedades relacionadas à infraestrutura para atender as necessidades básicas da população: água, saneamento, energia elétrica, estradas, escolas e segurança. Outros agravantes estão registrados nas ocupações impróprias, em áreas de risco e na proliferação de loteamentos ilegais (clandestinos), que se multiplicam rapidamente não só em São José, mas na periferia de todos os municípios da região metropolitana.

Segundo entrevista com técnico da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, o Loteamento Lisboa II serve como exemplo de loteamento que teve início clandestino. Localizado em antiga área agrícola, onde um grupo de especuladores abriu ruas e vendeu lotes de apenas 200 m<sup>2</sup>, sem nenhuma infra-estrutura. Este loteamento foi regularizado e hoje conta com escola e posto de saúde. Este fenômeno é comum também em áreas de invasão, onde reside população de baixa renda.

Estas mudanças nos padrões de usos do solo urbano se refletem no espaço rural. Conforme mostra o último Diagnóstico Municipal realizado pela Epagri, em 2000 existiam 413 estabelecimentos rurais com área média correspondente a 13,9 hectares, sendo explorados com mão de obra familiar. A produção agropecuária é diversificada tendo como finalidade a subsistência e o mercado. A criação é variada, além das espécies tradicionais como bovinocultura (corte e leite), eqüinos, suínos, aves, recentemente foram introduzidas outras criações. Neste sentido destacam-se: búfalos, codornas, apicultura, piscicultura de água doce e avicultura que é explorada no sistema de integração.

Em relação aos cultivos, também se encontram os tradicionais como: cana de açúcar, feijão, mandioca, milho, frutas (banana e citros). O principal cultivo mercantil é a olericultura, difundida pós 1970, em todos os municípios da região metropolitana de Florianópolis.

As atividades hortigranjeiras têm caráter intensivo, ocupam pequenas áreas e a mão de obra utilizada é predominantemente familiar. A horticultura em particular, por ser exigente quanto ao solo, requer grandes quantidades de fertilizantes. Além disso, os cultivos são sensíveis sendo freqüentemente atingidos por pragas e doenças, necessitando de crescentes doses de agrotóxicos para combatê-las. Dessa forma, o uso inadequado ou excessivo daqueles insumos, certamente tem provocado conseqüências nocivas tanto para a saúde dos que se envolvem com a produção, quanto para os consumidores dos alimentos e também para o meio ambiente.

Nas propriedades rurais, predomina topografia ondulada, ocorrendo também áreas de várzea. Os recursos hídricos, presentes em quase todos os estabelecimentos, encontram-se poluídos por lixo e dejetos humanos e de animais, comprometendo a qualidade da água, que se torna imprópria para o consumo humano, animal e também para a irrigação das lavouras. Como relata um agricultor (P.C.) “fomos proibidos de utilizar a água do córrego (ribeirão Forquilha) para irrigação, contamos apenas com a água de uma nascente próxima”.

O emprego de insumos químicos nas atividades agropecuárias, os elevados custos da produção, os riscos naturais e do mercado, a dureza do trabalho no campo, a área reduzida de muitas propriedades, tem levado parcela significativa da população rural a deixar de trabalhar no rural. Deste processo, participa sobretudo a população mais jovem que estuda e/ou trabalha em atividades urbanas nos bairros próximos ou no centro de São José e municípios vizinhos, com destaque para Florianópolis. Com isso, se desenvolve um intenso fluxo diário de pessoas das áreas rurais para as urbanas, sendo facilitado pela melhoria do sistema viário e dos meios de transporte.

Com efeito, diminui a mão de obra no campo, o trabalho agrário acaba ficando a cargo dos mais velhos. Como relatou um entrevistado (Sr. P) antigamente cultivava frutos (mamão, maracujá, laranja), nas partes mais íngremes da propriedade, mas abandonou, não tem mão de obra, é problema de pragas que requer veneno, se tem muitos custos etc. Como possui aposentadoria, hoje só explora pequenas áreas nos arredores da residência para a subsistência.

Outra característica registrada diz respeito aos modelos alternativos de produção incorporados por alguns produtores de hortaliças que adotaram a agroecologia como prática. Com isso se desenvolvem novos estilos de vida marcado por mudanças na relação homem-natureza. A finalidade da produção é o comércio, a venda se realiza tanto nas propriedades para os moradores dos bairros, como nas redes de supermercado da região.

Cabe assinalar que com a expansão da área urbana sobre o espaço rural, muitos produtores rurais encontram-se “ilhados”, principalmente nos bairros mais próximos da sede (como é o caso de Forquilhas e Forquilha), onde é visível as características de urbanidades. Neste ambiente, a população rural passa a conviver com habitantes novos de origens e cultura diversa, e isso muitas vezes resulta em conflitos. A população rural passa a ser vista como “estranha” e os citadinos como “invasores”. Segundo relato de uma agricultora (E.H.), os vizinhos reclamam do “cheiro e das moscas”, atribuído ao uso do esterco orgânico usado como fertilizante; “isso já provocou denúncia às autoridades”. Outro agricultor entrevistado (Sr. P.), reclamou do “o aumento dos roubos”, citando alguns exemplos de furtos e invasões.

Numa área de intensa urbanização, no Bairro Forquilhas, encontra-se uma propriedade (Sr. A.), que tem como cultivo principal a mandioca, explorada no sistema tradicional ou seja, sem o emprego de fertilizantes, agrotóxicos e maquinários, sendo posteriormente, transformada em farinha num no engenho artesanal. Muito embora não disponha de firma reconhecida nem do selo do Ministério da Agricultura, a produção é vendida para pequenos supermercados da região.

A apicultura é outra atividade, relativamente nova, conforme já referido. A criação de abelhas absorve tanto produtores com tradição nas atividades agropecuárias como produtores de origem urbana, tornando-se uma alternativa econômica para uma parcela da população rural. Uma das famílias

entrevistadas tem como principal fonte de renda a aposentadoria. Contudo, há alguns anos uma filha (V.), em busca de uma fonte complementar para a renda, freqüentou cursos de apicultura, atividade que até então desconhecia. Hoje possui 40 caixas de abelhas no sítio da família, no bairro Mariquita. Com o apoio da Cidade das Abelhas, que se localiza em Florianópolis, está fazendo parcerias com outros proprietários do município para aumentar a produção, sua meta é ter 200 caixas de abelhas, nos próximos anos. O pólen é sua especialidade, a produção está sendo comercializada em lojas de produtos naturais do município.

Registra-se também o aumento dos sítios de lazer no bairro Pagará. Devido à beleza do lugar - matas e cachoeiras -, esse local passou a ser procurado por pessoas da cidade, com maior poder aquisitivo que estão comprando terras, transformando-as em segunda residência. Essas terras originalmente utilizadas para a produção agrícola perdem a função produtiva, eleva-se o preço impossibilitando sua aquisição pelos agricultores.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados indicam que forças sócio-econômicas com interesses variados vêm exercendo forte pressão pela terra, modificando-se o padrão de ocupação do solo rural, fenômeno comum em áreas de intensa urbanização.

Muito embora São José tenha se tornado um importante pólo comercial e industrial de Santa Catarina, não se pode ignorar a importância do espaço rural que tem uso diversificado, assumindo múltiplas funções. As atividades agropecuárias estão “vivas”, desempenhando papel fundamental na sustentação de muitas famílias rurais, contribuindo para a dinamização da economia em diferentes escalas.

Assim, o poder público deve atentar para os efeitos da expansão física do urbano, especialmente nos bairros de intensa urbanização onde estão localizados alguns enclaves agrícolas. Estes tendem a desaparecer face à pressão do urbano e à elevação do preço do solo.

Tendo em vista a complexidade do rural em áreas urbanizadas, torna-se vital a elaboração de políticas específicas para estas regiões. Além disso, somente com a soma de esforços públicos e privados será possível amenizar os problemas ambientais, os conflitos e outras mazelas que incidem sobre a produção agropecuária, podendo melhorar a qualidade de vida tanto da população rural como daqueles que elegem o município para morar.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ALENTEJANO, Paulo R. O que há de novo no rural brasileiro? **Terra Livre**, São Paulo, n. 15, p. 87-112, 2000.

BICALHO, Ana Maria de Souza Mello. Agricultura e Ambiente no Município do Rio de Janeiro. In: ABREU, Maurício de Almeida (Org). **Sociedade e natureza no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1992. p. 285-316.p.

CORRÊA, J. C; CORRÊA, W. K. e GERARDI, L.H. **A problemática da definição e da delimitação do espaço rural e urbano mudanças no espaço rural e práticas institucionais: o exemplo da ilha de Santa Catarina.** Geografia, Rio Claro, Vol. 26(1), p. 37-58, abril 2001.

FARIAS, V. F. **Dos Açores ao Brasil Meridional: uma viagem no tempo pensamento, demografia, cultura.** Edição do autor, Florianópolis, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro.** 2 ed. Campinas: Unicamp-IE, 2002. 151P.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Tecnologia e agricultura familiar.** Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1999.

LAGO, Paulo Fernando. **Florianópolis: a polêmica urbana.** Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1996.

SANTA CATARINA . EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Diagnóstico agropecuário de São José./SC** Florianópolis: EPAGRI, 2000,

PEREIRA, F.R.S. **O Parque Residencial do Kobrasol no processo de expansão urbana de Florianópolis.** Florianópolis, Dissertação de Mestrado em Geografia, UFSC, 1999.

RUA, João. **Urbanidades e novas ruralidades no Estado do Rio de Janeiro:** algumas considerações teóricas. In: MARAFON, Glaucio, J.& RIBEIRO, Marta F. (orgs.) Estudos de Geografia Fluminense. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook, Ltda, 2002. p. 27-69.

VEIGA, J. E da. **Cidades Imaginárias.** Campinas: Ed. Autores Associados, 2002.